



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6501

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Antonio Silveira de Sá

**Data:** 22/08/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 138/2006. (VETADO). Autoriza o Poder Executivo a criar o Adicional de Periculosidade aos Guardas Municipais, no âmbito do município de Montes Claros e dá outras providências. (Recebeu veto do Poder Executivo - ver flash 7222).

**Controle Interno – Caixa:** 9.3

**Posição:** 22

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversos  
V: 9.3  
Ordem: 22  
nº fls: 03



138/2006  
05.09.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Vereador. Athos Mameluque Mota

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Adicional de Periculosidade aos Guardas Municipais no Âmbito do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

Entrada em - 22/08/2006

3 - Comissão Legislação e Justiça

4 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

5 - EM. 05.09.2006

6 - \_\_\_\_\_

7 - \_\_\_\_\_

8 - \_\_\_\_\_

9 - \_\_\_\_\_

10 - Recebeu Veto em 05/10/2006



AS 17/08/2006  
17108106

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

#### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Adicional de Periculosidade aos Guardas Municipais no Âmbito do Município de Montes Claros e dá outras providências."

O Povo do Município de Montes Claros por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Montes Claros autorizado a criar o Adicional de Periculosidade por risco de morte para a Guarda Municipal.

§1º - Os servidores que trabalham com habitualidade em locais cuja situação levam a risco de morte e de sua integridade física, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 2º - O direito ao adicional de periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

§ 3º Fará jus à Gratificação por risco de morte (periculosidade) os servidores integrantes do quadro de pessoal da Guarda-Municipal, (agentes de segurança e Guarda Municipal) que exerçam as atividades finalísticas da entidade nos termos da Lei Municipal 2.892 de 30 de Abril de 2001.

§ 4º - O adicional de periculosidade corresponde ao percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre o vencimento do cargo efetivo.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
17/08/2006	
HORA: 12:10	
ASS: _____	

Art. 2º - Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados perigosos ou penosos.

Parágrafo único: A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local e serviço não penoso e não perigoso.

Art. 3º - Na concessão do adicional de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 4º Os recursos decorrentes da aplicação do disposto na presente Lei correrão por conta de dotações consignadas nos orçamentos do Município.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por decreto do executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.



Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de agosto de 2006.

  
**Vereador ATHOS MAMELUQUE**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 17 DE AGOSTO DE 2006  
  
PRESIDENTE

De acordo o parecer do  
Assessor Legislativo o projeto  
é legal e constitucional.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 05 DE SETEMBRO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Adicional de Periculosidade aos Guardas Municipais no Âmbito do Município de Montes Claros e dá Outras Providências”, de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Apesar de invadir área de competência do Executivo, vez que o presente projeto trata de matéria orçamentária, este não obriga o Executivo a fazê-lo, mas apenas o autoriza, motivo pelo qual não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou mesmo de finalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer sob censura.

Montes Claros, 28 de agosto de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605